

Primeira mão

Arlmatéa Carvalho

Sávia Barreto

Ananias Ribeiro

MUDANÇA NA SAAD

O prefeito Dr. Pessoa assinou na segunda-feira (2) a exoneração do superintendente da Saad Sul, Alípio Paiva, indicação do vereador Jeová Alencar, presidente da Câmara Municipal, que tem na região Sul sua principal zona de influência eleitoral na capital. Em seu lugar entra o jovem assessor parlamentar João Victor Alves, também da confiança de Jeová. A mudança pegou muitos de surpresa sendo vista como um movimento estratégico de Jeová visando a eleição estadual, da qual ele será candidato a deputado estadual.



SANTANA X FRANZÉ

O deputado Zé Santana segue se articulando para a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. E intensificou encontros com deputados. O emedebista não se dá por vencido, mesmo que nos bastidores se fale que os favoritos são Flora Izabel (PT) e Wilson Brandão (Progressistas).

ESPERANÇA

Já Franzé, estaria marcando reuniões com pevistas e acha que pode reverter o favoritismo de Flora. Franzé conta com o apoio discreto de Wellington Dias. Mas publicamente o governador já avisou que não se mete na disputa. Enquanto isso, o presidente da Assembleia, Themístocles Sampaio, tem poder de influenciar vários parlamentares mas tem dito que seu apoio público não vai ser dado nesse primeiro momento. Cabe a cada um tentar se viabilizar.

GUERRA DE RELATÓRIOS

Nos bastidores da CPI já é dado como certo que os vereadores Dudu (PT), presidente, e Enzo Samuel (PDT) relator, não chegarão a um acordo a respeito do diagnóstico e solução para o transporte público da capital. Dudu disse à coluna que CPI está nos últimos dias e que pode ter até cinco relatórios, ou seja, a mesma quantidade de membros da Comissão.

UM MILÍMETRO

Se não tiver consenso, Dudu diz que não tem problema, pois a solução seria levar todos os relatórios divergentes para o plenário decidir. Ele ainda afirma que não vai "voltar atrás um milímetro" e já tem muitos dados que mostrariam que as empresas e quem controlava o sistema (gestão passada) erraram.

PROCURA-SE SAÍDA

"Esses descumprimentos se dão desde 2015, o gestor que não fiscalizou cometeu prevaricação e isso remete à improbidade administrativa. Se tiver divergência do meu pensamento pro do vereador Enzo, teremos dois relatórios. Saídas têm muitas. Quem não quer prestar um serviço essencial como o transporte público?", questionou Dudu.



CÉU SOBRE A TERRA

"A minha terra é um céu, se há um céu sobre a terra". A célebre frase do poeta amarantino Da Costa e Silva foi resgatada pelo prefeito Diego Teixeira (PP) na campanha de aniversário dos 150 anos de Amarante. O material ficou primoroso e o governador Wellington Dias, que recebeu o kit, elogiou o conteúdo. A data do aniversário é nesta quarta-feira, 4 de agosto. O prefeito está promovendo, dentro da programação estendida, a requalificação do belo casario histórico da cidade.

FOCO NO TURISMO

"Amarante tem muito a comemorar. É uma cidade que valoriza a sua história e está construindo um futuro lindo. Tem uma beleza singular. Um povo acolhedor e feliz. Que faz a diferença", comentou o prefeito Diego Teixeira. O foco no potencial turístico é um dos pontos altos da campanha, que valorizou a prata-da-casa da equipe do gestor.



CÂMERAS NAS CIDADES

O deputado estadual João Mádison (MDB) se reuniu com o secretário estadual de Segurança, Rubens Pereira, e com o prefeito Bruno Neto (MDB), de Angical, para tratar a implantação de câmeras de segurança na cidade, como forma de reduzir a criminalidade. A cidade de Corrente também deve receber câmeras. Mádison explica que com a PPP Piauí Conectado é possível ampliar a segurança através de câmeras de monitoramento. Ele saiu da reunião com o aceno positivo de Rubens e irá comunicar ao prefeito Murilo Mascarenhas, de Corrente.



EM ALTA

Responsável por todas as PPPs do governo estadual, algumas delas entre as melhores do mundo, a superintendente da Suparc, Viviane Moura, tem sido cortejada por partidos políticos para disputar a vaga de deputada no próximo ano, com foco na Câmara Federal. O último dos convites públicos veio do presidente estadual do Solidariedade, deputado Evaldo Gomes, que quer Viviane reforçando a chapa da sigla. Ele espera manter a vaga atual e até expandir para dois nomes no próximo ano. Aqui, Viviane visita as obras da PPP do Centro de Convenções.

NOVO DESEMBARGADOR

Em entrevista ao Meio Norte, o juiz Carvalho Neto fala de suas expectativas como desembargador do TRT da 16ª Região

Carvalho Neto crê numa melhor equação nas relações de trabalho

ISABEL CARDOSO
DE POLÍTICA

Natural de Teresina, o juiz Francisco José de Carvalho Neto é o novo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (Maranhão). Promovido pelo critério de merecimento, o desembargador se formou em Direito pela Universidade Federal do Piauí.

Exerceu a advocacia com atuação predominante no direito administrativo, civil, comercial e trabalhista. Detentor do Curso da Escola Superior da Magistratura. Em entrevista ao Meio Norte, o juiz Carvalho Neto fala de suas expectativas como desembargador do TRT da 16ª Região, sinalizando que vai seguir sua carreira

de magistrado correto, reservado, ativo, assegurando a ampla defesa, sem ativismo, dos direitos e deveres pugnados durante sua trajetória como juiz.

O desembargador fala sobre a reforma trabalhista e diz que ainda existe espaço para melhor equação das relações de trabalho, no Brasil, com a nova ordem mundial.

O senhor foi nomeado desembargador do TRT-MA, qual a sua expectativa para esta função tão importante? De entrada, e antes de responder à primeira pergunta formulada, desejaria agradecer ao Grupo Meio Norte de Comunicação pela atenção, nada obstante seja um magistrado reservado, nunca deixei de atender a imprensa, quando procurado e tendo disponibilidade, mesmo porque reconheço o valor da informação, da notícia, da transparência e da publicidade. A importância do cargo e minha expectativa futura. A magistratura dos desembargadores, que tem como marco histórico o chamado "desembargo do paço", ainda sob a égide da coroa portuguesa, é o alvo de todo juiz de carreira, no constitucionalismo republicano brasileiro, como no meu caso, juiz togado, concursado, iniciando como substituto, auxiliando, depois titular de vara, decano do primeiro grau de jurisdição, e promovido, por merecimento, por decreto presidencial, ao cargo de desembargador da união federal, isso é de grande quilate, magnitude e dimensão, também de muita responsabilidade, e minha expectativa seria fazer o que fiz como juiz monocrático, em primeiro grau de jurisdição, trabalhar com afeto, denodo, abnegação, e tentar marcar minha passagem com comprovada produtividade e eficiência; por exemplo, exatamente no dia de minha posse como desembargador recebi a comunicação de minha assessoria, e da própria corregedoria do Tribunal, que a jurisdição até então por mim conduzida e comandada, a Vara do Trabalho de Timon, cidade sede e cidades abrangidas, era a unidade jurisdicional primeira colocada na 16ª Região, em todo o Estado do Maranhão, fiquei muito satisfeito com a expectativa almejada. Vale dizer, efetividade real e concreta do projeto público delineado.

Quais são os seus objetivos como desembargador do TRT-MA? Meus objetivos. Resumidamente, continuar minha carreira de magistrado correto, reservado, ativo, desassombado, admirador da cultura em sua vastidão, garantidor dos regramentos legais, constitucionais, e das cláusulas normativas e contratuais, e lutar pela lepidéz processual, sem atropelos, assegurando a ampla defesa, sem ativismos, dos direitos e deveres pugnados na minha judicatura e jurisdição. O mais, entrego à Divina Providência!

O senhor já atuou no direito administrativo, civil, comercial e trabalhista. O que pesou na hora da escolha pelo Direito do Trabalho? Em verdade, antes de ingressar na magistratura federal, fui advogado militante, como disse em meu breve, todavia intenso discurso de posse, feito ao modo instantâneo, em rápidas nótulas e apontamentos, quase de improviso, o fiz em apenas trinta minutos, para que não durasse mais de dez minutos, e isso parece que consegui, um jeito meu de ser, contemporâneo, enérgico, sem ondulações, mensagem de intenção dada, direto ao ponto. Agora, retomando, assim que ingressei no curso de direito, na UFPI, logo no primeiro semestre do bacharelado, a pedido de meus pais, fui trabalhar com meu tio, advogado João Pedro Ayrimoraes Soares, meu preceptor no mundo jurídico, e lá, no seu escritório, atuei em todos os ramos do direito, salvante o direito penal, e como

depois, apesar de bem sucedido na advocacia, deliberei e resolvi que queria seguir a magistratura federal, sem questões penais típicas, dado meu temperamento austero, minucioso e detalhista, optei pela magistratura do trabalho, que na sua rotina forense atrai e envolve praticamente todos os ramos do direito, público ou privado, ao contrário do que imaginam alguns, até por rasa ilação que se tem da especialização; quem lida na área sabe bem o que afirmo e assevero.

A Justiça do Trabalho é uma das mais céleres do País, quais os desafios da Justiça para o Brasil? Eu não diria que a Justiça tem desafios. A Justiça é a Justiça, instituição perene, essencial ao Estado Republicano, como o é a Advocacia, pública ou privada. A Justiça tem que traçar e cumprir suas metas, seus alvos, seus propósitos, ou seja, a Justiça tem que ser razoavelmente veloz, acessível, cumprir sua missão constitucional, e deixar que os outros poderes cumpram as suas, somente assim o povo, soberano, pode avaliar e aquilatar os Poderes da República. Para mim, juiz togado é juiz togado, parlamentar é parlamentar, executivo é executivo. Isso traduz o Estado de Direito, o Estado das Competências, compreensão modulada, aqui sem maior profundidade, do pensamento de um notável e festejado doutrinador alemão.

Com a reforma trabalhista de 2017, o que mudou nas demandas trabalhistas? Tenho para mim, e aqui falo em primeira pessoa, que a reforma trabalhista foi até tímida, existia e existe espaço para melhor equação das relações de trabalho, no Brasil, com a nova ordem mundial, falo de desenvolvimento com respeito, sem discurso circunstancial, fico por aqui. Entrementes, vou pontuar na quadra do legalmente estabelecido e votado pelo parlamento. Melhorou, de certo modo, a aventura jurídica, ação ajuizada sem custos ou consequências. Ninguém olvida que o direito de ação é um direito público e constitucional, mas tem que existir limites para quem se lança em aventura jurídica ou mera vindita. Com a edição da Lei Federal nº 13.467/2017, a lei da denominada reforma trabalhista, que sempre cumpri em seus termos legais, no primeiro grau, e agora no segundo grau, o número de ações caiu, sensivelmente, talvez pelo temor da sucumbência, agora para todos os demandantes, em princípio, e muitas outras inovações que comportam uma palestra específica, aqui sem muito sentido pelo espaço e tempo disponíveis.

O senhor presidiu Varas do Trabalho em Bacabal, Caxias. O que o senhor leva dessa experiência para sua carreira como desembargador? Levo a experiência marcante de que cada localidade tem seu próprio estilo de vivência, modus vivendi, seja educacional, laboral, empresarial, e o mais. Apesar de não ser um magistrado muito ligado aos circuitos sociais do local ou região, sempre ao longe, todavia muito observador, concentrado e atento, até para preservar minha isenção como pessoa natural, sobretudo como julgador, sempre respeitei os lugares e locais em que tive jurisdição, com a honra escrupulosa da toga, da bandeira nacional, e do corpo social envolvido, como um tipo de emblema, símbolo, totem de proteção para qualquer momento ou situação.

